

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

CONSELHO EDITORIAL

J. A. DO NASCIMENTO BRITO
Presidente

WILSON FIGUEIREDO
Vice-Presidente

REDAÇÃO

FRITZ UTZ RI
Diretor de Redação

FABIO DUARTE
Editor Adjunto

MAURICIO DIAS
Editor

LUTERO SOARES
Secretário de Redação

Questão Ética

A grande ameaça que paira sobre a criação da CPI para apurar casos de enriquecimento ilícito na vida pública é a de consumir toda a energia de sua criação num debate inocuo. Deputados e senadores usam um método infalível quando não querem decidir: cansam o distinto público com uma interminável divergência cujo fim traz sensação geral de alívio. A opinião pública viu com bons olhos a proposta do presidente do Senado Antônio Carlos Magalhães, com opiniões favoráveis e ressalvas ociosas.

Tornou-se costume fazer da vida pública um meio de enriquecimento. A falta de cerimônia e a certeza da impunidade explicam o aumento das práticas de enriquecimento ilícito. Não é somente a multiplicação das denúncias pelos meios de divulgação que gerou a impressão de imensa roubalheira, mas as oportunidades e a falta de consequência legal. A relação entre denúncia e punição é assombrosamente baixa.

O senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) vai insistir na proposta de instituir uma CPI permanente no lugar da Comissão de Ética do Senado, que "não investiga nada". Ou quando investiga gasta tanto tempo que os cidadãos perdem de vista a iniciativa. O presidente da Comissão de Ética, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), disse que a comissão tem cumprido a missão. É o caso de se perguntar: se pune, por que os abusos não cessam? Tudo pesa em favor da criação da CPI, como primeiro passo para a dignificação do exercício da vida pública no Brasil.

Não apenas o mandato representativo que está sob suspeita, mas uma faixa enorme do Executivo e do próprio Poder Judiciário estão também debaixo de suspeita. E não basta apontar normas e leis em defesa de decisões que, para os cidadãos, se confundem com sentimento corporativo e arrogância funcional tão frequentes na vida brasileira.

O PT também resistiu à CPI. O senador Eduardo Dutra (PT-SE) defende o fortalecimento da Comissão de Ética, que poderia, se considerar conveniente, criar a CPI específica. No entanto, se a criação da CPI for posta a votos, o PT a apoiará. O líder do PSDB, deputado Agio Neves, é favorável à abertura do sigilo bancário e fiscal de parlamentares. O deputado Alberto Goldman (PSDB-SP) foi firme: "O enriquecimento ilícito, seja ou não de homem público, deve ser acompanhado pela sociedade".

A questão política e ética é só uma: enriquecimento na vida pública é inaceitável e não pode continuar. Quem quiser enriquecer deve procurar outra via. Executivo, Judiciário e Legislativo são incompatíveis com a ambição de fortuna pessoal. É preciso erradicar dos burocratas, dos políticos e dos magistrados a ilusão de que vivem acima da lei e incutir-lhes a consciência de que são pagos com dinheiro público para servir igualmente a todos os cidadãos. Bastaria à CPI exercer a fiscalização dos costumes e admitir a suspeita como ponto de partida para o esclarecimento. Democracia é transparência.